

Continuação>>>>

American Life Companhia de Seguros - CNPJ/MF nº 67.865.360/0001-27

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos, frequentemente, uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o

ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



São Paulo, 28 de fevereiro de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Dario Ramos da Cunha
Contador
CRC nº 1 SP 214144/O-1

Stone Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 39.876.083/0001-12

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas e demais interessados, A Stone Seguros S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima integrante do Grupo StoneCo. Em conformidade com as disposições legais, estatutárias e regulamentações vigentes apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Stone Seguros S.A. relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório do auditor independente. A Stone Seguros S.A., em 05 de janeiro de 2021, após autorização concedida pela Superintendência

de Seguros Privados (SUSEP) pela Portaria SUSEP nº 7.723/21 foi autorizada a operar, pelo tempo determinado de 36 meses em ambiente regulatório experimental ("Sandbox regulatório"), seguros de danos do grupo patrimonial, nos ramos compreensivo residencial e seguros diversos, e seguros de pessoas do grupo pessoas individual. Desempenho Operacional: A Seguradora está em fase pré-operacional e não operou com seguros no exercício de 2021, houve despesas decorrentes da constituição da Seguradora, não havendo qualquer tipo de movimentação de receita. Política de

Distribuição de dividendos: De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei das S.A., os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício. **Agradecimentos:** Agradecemos o apoio e confiança dos acionistas, aos nossos colaboradores, parceiros, consultores e às autoridades de controle. São Paulo, 28 de fevereiro de 2022.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (em milhares de reais, exceto quando indicado)

Balço Patrimonial			Demonstrações do Resultado			Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido				Demonstrações do Fluxo de Caixa					
Ativo	Nota	2021 (Não auditado)	2020	De 18/11 a 31/12/2020	De 18/11 a 31/12/2020	Saldo inicial em 18/11/2020	Capital		Prejuízos	Total	De 18/11 a 31/12/2020	2021 (Não auditado)			
							social	Prejuízos acumulados							
Circulante		729	1.000												
Disponível		729	1.000												
Caixas e Bancos		729	1.000												
Total do ativo		729	1.000												
Passivo															
Circulante		140	-												
Contas a pagar		140	-												
Obrigações a pagar		7	140												
Patrimônio líquido		8	589												
Capital social		1.000	1.000												
Prejuízos acumulados		(411)	-												
Total do passivo e patrimônio líquido		729	1.000												
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>															

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
1. Contexto operacional: A Stone Seguros S.A. ("Seguradora") ou "Stone Seguros", foi constituída em 18 de novembro de 2020 como Stone Participações em Seguros Ltda., tendo sua transformação para sociedade por ações de capital fechado sido deliberada em 7 de dezembro de 2020. A Seguradora é controlada pela STINE Participações S.A. ("STINE Participações") e em última instância pela StoneCo Ltd ("StoneCo"), empresa constituída nas Ilhas Cayman, com capital aberto e negociado com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ com sede na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 7221, conjunto 601, 6º andar, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. Em 5 de janeiro de 2021, de acordo com a Portaria nº 7.723 da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), a Stone Seguros foi autorizada a operar, pelo tempo determinado de 36 meses em ambiente regulatório experimental ("Sandbox regulatório"), seguros de danos do grupo patrimonial, nos ramos compreensivo residencial e seguros diversos, e seguros de pessoas do grupo pessoas individual, nos ramos nos ramos 14 e 71 e seguros de pessoas do grupo pessoas individual nos ramos 29 e 81, em todo território nacional. O Sandbox regulatório visa possibilitar a implantação de projetos inovadores que apresentem produtos e/ou serviços a serem ofertados no âmbito do mercado de seguros e que sejam desenvolvidos ou oferecidos a partir de novas metodologias, processos, procedimentos, ou de tecnologias existentes aplicadas de modo diverso. O Sandbox regulatório é regido pela Resolução nº 381/20 e alterações do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP") e a Circular nº 598/20 da SUSEP e alterações. A Stone Seguros permanece em fase pré-operacional. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") quando referendados pela SUSEP. Na elaboração das presentes demonstrações, foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 648/21. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 28 de fevereiro de 2022. As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional da Seguradora e a moeda de apresentação. **3. Descrição das práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas pela Seguradora para o registro das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão em conformidade com as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela SUSEP, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído para as Sociedades Seguradoras, através da Circular SUSEP 648/21. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa, incluem dinheiro em caixa e aplicações interfinanceiras de liquidez, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data de aquisição, igual ou inferior a 90 dias. **b) Apropriação do resultado:** As despesas são apresentadas na demonstração de resultado pelo regime de competência. Essas despesas referem-se aos gastos relacionados a manutenção do negócio e incluem associações de classe, honorários advocatícios, consultorias e assessorias e despesas financeiras. **c) Ativos e passivos contingentes:** As provisões judiciais são avaliadas de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Seguradora não possui processos contingentes em andamento. **d) Impostos diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. E são determinados, usando aliquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos, quando aplicável, somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e prejuízos fiscais possam ser usados. De acordo com a legislação tributária brasileira, o prejuízo fiscal pode ser utilizado para compensar até 30% do lucro tributável do exercício e não expira. **4. Principais julgamentos e estimativas contábeis:** Na aplicação das práticas contábeis da Seguradora descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de fontes. Na condição pré-operacional da Seguradora, não houve necessidade de estabelecimento de qualquer estimativa, julgamento e/ou premissa para as posições financeiras e de resultados apresentadas nestas demonstrações financeiras. **5. Normas Internacionais de Contabilidade emitidas e não vigentes:** O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC editou os pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRS novas e revisadas apresentadas abaixo. Em decorrência do compromisso do CPC e da SUSEP de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam aplicadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas e não vigentes para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às cir-

Data Mercantil - A melhor opção para sua empresa
 Faça um orçamento conosco: comercial@datamercantil.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código FA21-818E-7DAF-794E.